

# A CIRCULAÇÃO DE MARFIM ENTRE PORTUGAL, GUINÉ, ANGOLA E MINAS GERAIS (1700-1800)<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste paper serão apresentados dados do levantamento dos acervos em marfim e sua documentação nas instituições mineiras, os levantamentos foram realizados em fundos arquivísticos correspondentes a órgãos governamentais destinados a preservação do patrimônio cultural, bem como de arquivos eclesiásticos.<sup>2</sup> Os objetivos dessa parte do trabalho se concentraram no levantamento e catalogação dos acervos em marfim de Minas Gerais, e a partir desse trabalho preliminar, serão identificadas origem, tipologia, circulação e posse das peças no Estado durante o século XVIII.

**ABSTRACT:** This paper will be presented the survey of ivory collections data and documentation in mining institutions, the surveys were conducted at corresponding archival funds to government agencies for the preservation of cultural heritage as well as ecclesiastical archives. The objectives of this part of the work focused on the collection and cataloging of collections in Minas Gerais ivory, and from this preliminary work will be identified source, type, circulation and possession of parts in the state during the eighteenth century.

## 1 - Apresentação

A pesquisa acerca dos acervos em marfim no Brasil faz parte do projeto internacional "A Circulação de Marfim entre Portugal, Guiné, Angola e Minas Gerais (1700-1800)", celebrado entre UFMG e Universidade de Lisboa<sup>2</sup>. Com o intuito de compreender a circulação, posse, comércio e produção de objetos feitos de marfim no Brasil e costa atlântica africana.

A cultura material produzida nesse das expansões ultramarinas se deu, especialmente, através do estabelecimento das rotas comerciais marítimas. O intercâmbio de mercadorias e mentalidades promoveram o surgimento de um prisma cultural plural e inovador, proveniente dessa trama relações. Parte deste processo pode ser percebida por meio das imaginárias em marfim, oriundas de diferentes possessões portuguesas no ultramar. De acordo com Lucília Santos (2002), "o marfim sagrou-se testemunha dos momentos marcantes da riqueza do homem e de sua sensibilidade artística desde a pré-história" (SANTOS, 2002). Esta sagração do marfim como objeto de status social, possibilita entender aspectos concorrentes à demanda, comercialização, recepção e marcadores de distinção no império português. O levantamento do trânsito das imaginárias em marfim e os aspectos concernentes à tipologia e acervo documental elucidarão as questões da circulação e da posse de do marfim durante o século XVIII em Minas Gerais.

Os resultados apresentados são referentes a pesquisa iniciada em 2014 e que foram realizadas em acervos institucionais de Minas Gerais. Os resultados obtidos até o momento ainda não permitem fazer afirmações conclusivas sobre a origem das peças encontradas em Minas Gerais. Contudo, apresentam subsídios para o aprofundamento do trabalho no que tangencia questões de circulação, posse e origem dessas peças.

## 2 - Levantamento da Produção historiográfica sobre marfins no Brasil

O marfim é material orgânico, obtido dos caninos de alguns animais, como elefantes, hipopótamos, morsas e rinocerontes. Dada as suas características de maleabilidade, "foi um dos primeiros materiais orgânicos poliméricos naturais conhecido e dominado pelo homem". (FRANÇA; BARBOZA; QUITES, 2010).

Na Idade Antiga os gregos foram os primeiros a desenvolver técnicas que possibilitassem a utilização do material. Os egípcios usavam marfim de elefante e rinoceronte para a confecção de amuletos. Roma também utilizou o marfim para adornar templos e para esculpir as consulares, que "eram placas com insígnias que representavam os magistrados romanos". Durante a Idade Média, o marfim utilizado era oriundo da região da Sibéria, dos grandes cemitérios de mamute. Contudo, durante o Renascimento, a ebo-

**Mariana Rabêlo de Farias**

Graduanda em História na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

**Contato:**

mariana.rabelofarias@gmail.com

**Palavras-chaves:**

Comércio atlântico; acervos em marfim; pesquisa documental

**Keywords:**

Atlantic trade; collections in ivory; documentary research.

<sup>1</sup> O título do artigo refere-se ao projeto desenvolvido pela equipe brasileira. Contudo, o teor abordado neste trabalho, centrou-se nos acervos em Minas Gerais.

<sup>2</sup> Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto Marfins Africanos no Mundo Atlântico: uma reavaliação dos marfins luso-africanos, PTDC/EPHPAT/1810/2014.

riaria (arte de realizar escultura em marfim) foi praticamente abandonada, dada ao seu status de arte menor. (FRANÇA; BARBOZA; QUITES, 2010).

A chegada dos marfins africanos em Portugal tem datação do século XV, sendo este um fator diretamente ligado à expansão do mundo atlântico português, pautada, sobretudo na exploração comercial da região da costa ocidental africana, principalmente da região de Serra Leoa:

*Mais tarde irão chegar também a Portugal marfins produzidos mais para o oriente, vindos da região do Benim, um território que se situava na atual Nigéria, e igualmente mais para sul, com marfins produzidos no importante reino do Congo, com a qual a coroa portuguesa procurou estabelecer alianças diplomáticas e onde se procurou promover a introdução do cristianismo em larga escala (AFONSO & HORTA, 2013).*

Como José Horta e Luís Afonso indicam, a circulação do marfim era parte do sistema mundo do Império português e da expansão do cristianismo na África Ocidental. O marfim africano esculpido, de acordo com Horta e Afonso, se apresentaram de diversas maneiras, como colheres, saleiros e olifantes sapi-portugueses, representando, sobretudo, cenas de caça, com fauna claramente de raiz europeia, "sendo constituída por veados de hastes longas, javalis, lebres e cervos, tal como cães de caça e cavalos ajaezados que apóiam os caçadores" (AFONSO & HORTA, 2013).

Estudos apontam para a produção de cunho decorativo e utilitário das peças esculpidas em marfim, sendo confeccionadas provavelmente sob encomenda realizada por mercadores e outros representantes da Coroa Portuguesa no continente africano. Horta e Afonso mostram que a entrada de peças de marfim em Lisboa, consta nos "poucos livros de contas da Casa da Guiné, em Lisboa, que sobreviveram ao terremoto, especialmente para os anos de 1504 a 1505, encontram-se também registros alfandegários que referem à chegada de colheres e saleiros africanos" (AFONSO & HORTA, 2013).

Trabalhos realizados por pesquisadores portugueses apontam para a grande produção de peças provenientes de Serra Leoa durante o século XVI, especialmente de peças menores, como os cabos de adagas, colheres e saleiros. Dada a produção e entrada contínua desses artefatos em Portugal, é possível inferir que havia uma rede de comercialização das peças oriundas de Serra Leoa. Rafael Moreira cita a literatura de viagem escrita por Duarte Pacheco Pereira em 1506, e este afirma que, "nesta terra [Serra Leoa]

se fazem as mais sotas colheres de marfim e melhor lavrado que em nenhuma outra parte" (PEREIRA *apud* MOREIRA, 2010). No mesmo trabalho Moreira, traz outro relato acerca da habilidade dos africanos em lavrar o marfim, fazendo referência ao comerciante alemão Valetim Fernandes, que em 1508 escreveu, "em Serra Leoa os homens são mui sutis e engenhosos, e fazem em marfim qualquer obra de que lhe dão o debuxo (desenho)" (FERNANDES *apud* MOREIRA, 2010). Nesse mesmo artigo, Rafael Moreira levanta a hipótese da existência em Portugal de oficinas destinadas à produção dessas peças, assim como José Horta e Luís Afonso levantam a mesma hipótese em seu artigo.

Embora as pesquisas acerca dos marfins africanos já estejam em patamares mais elevados em Portugal, é importante ressaltar que no Brasil, esses trabalhos estão sendo iniciados.

Nesse sentido, vale ressaltar a dissertação de mestrado elaborada por Jorge Lúzio Matos Silva, a única até então que trabalha exclusivamente com a questão dos marfins. Abordando os acervos em marfim disponíveis no Museu de Arte Sacra da Bahia, Jorge Lúzio Silva, direcionou seus estudos para as peças de origem indo-portuguesa, mais especificamente para "a estatuária produzida no sul da Índia, sob o jugo português, nas confluências culturais e políticas de cristãos e hindus, e na fusão de modelos do Ocidente e Oriente" (SILVA, 2011).

Observa-se ainda, o trabalho realizado pela pesquisadora Yacy-Ara Froner acerca da restauração da Coleção de Mário de Andrade composta por marfins de arte luso-afro-oriental. Além desse trabalho, ainda há outros levantamentos importantes<sup>3</sup> no que tangencia as coleções de imaginária em marfim no Brasil, que na sua grande maioria está sob a posse de Museus de Arte Sacra, Museus Históricos ou até mesmo em coleções particulares, como por exemplo,

*A Coleção Souza Lima, formada entre 1919 e 1910 pelo empresário José Luiz de Souza Lima a partir de coleta e aquisição de mais de 572 esculturas, hoje integrantes do acervo do Museu Histórico Nacional devido aos esforços de Gustavo Barroso de resgatar a penhora deste acervo perdido pelo colecionador junto à Caixa Econômica Federal (FRONER, 2014).*

A historiografia brasileira referente à da presença dos marfins nas artes sacras colonial, apontam para a convergência de um ponto comum, a maioria dos pesquisadores afirmam que as peças que integram essas coleções são de origem oriental, mais precisamente das áreas de colonização portuguesa na Índia e China, respectivamente, Goa e Macau. No

**3** Nesse sentido ver os trabalhos de SANTOS, Lucila. A sagração do Marfim. Museu Histórico Nacional – IPHAN/RJ. Catálogo da Pinacoteca do estado de São Paulo. São Paulo, 2002. BATISTA, Marta Rossetti. Coleção Mário de Andrade: Religião e Magia, Música e Dança, Cotidiano - série "Uspiana Brasil 500 anos". São Paulo: Imprensa Oficial / Edusp, 2004, dentre outros.

Maranhão, Nordeste do Brasil, os traços orientais das esculturas, como os olhos puxados ou as vastas cabeleiras (não restritas as imagens femininas) são atribuídas ao oriente (FABRINO, 2012). Em razão das hipóteses apontadas por esses estudos, é importante considerar, na investigação da procedência das peças, o comércio de marfim entre o Brasil e as referidas regiões orientais.

### 3 - Análise do material coletado

A parte que a seguir será apresentada, é referente às considerações preliminares acerca do material catalogado nos arquivos e acervos pesquisados em Minas Gerais.



Adriana Santana

#### 3.1 - Localização e Posse das Peças

A pesquisa foi iniciada com os dados disponibilizados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/ MG), por meio da Gerência de Patrimônio Imaterial (GPI), e pela Gerência de Identificação (GID). O banco de dados que foi acessado corresponde ao Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC/MG), disponível para consulta local, na sede do IPEHA/MG. O IPAC é uma ferramenta focada na identificação dos acer-

vos culturais no nível estadual, abrangendo alguns municípios de Minas Gerais. As bases de informação estão divididas em eixos temáticos, relacionados com município e com a categoria do bem cultural (material ou imaterial).

O acervo dos bens inventariados pelo IPAC, que foram analisados, corresponde a apenas 63 municípios de Minas Gerais<sup>4</sup>. Os dados estão divididos em três tipos de bens: bens integrados, bens móveis e estruturas arquitetônicas urbanísticas. Os marfins fa-

**4** Alvorada de Minas, Araxá, Baependi, Barão de Cocais, Belmiro Braga, Belo Horizonte, Belo Vale, Berilo, Bocaiuva, Caeté, Campanha, Carangola, Catas Altas, Caxambu, Chapada do Norte, Conceição do Mato Dentro, Confins, Congonhas, Congonhas do Norte, Contagem, Couto de Magalhães, Diamantina/ Biribiri, Esmeraldas, Ferros, Ibirité, Itacambira, Itacarambi, Itanhandu, Januária, Jequitibá, Lagoa Santa, Leopoldina, Manga, Mariana, Mateus Leme, Matias Barbosa, Matias Cardoso, Minas Novas, Moema, Montes Claros, Nova Lima, Oliveira, Ouro Branco/ Itatiaia, Ouro Preto, Pedro Leopoldo, Piranga, Pitangui, Rio Acima, Rio Pomba, Sabará, Sacramento, Santa Bárbara, Santa Luzia, São Gonçalo do Rio Abaixo, São João das Missões, São Francisco, São Tomé das Letras, Serro, Uberaba, Uberlândia, Vespasiano.

**5** Alvorada de Minas, Barão de Cocais, Barbacena, Belo Horizonte, Caeté, Catas Altas, Conceição do Mato Dentro, Congonhas, Diamantina, Itabira, Itabirito, Itaverava, Lavras, Mariana, Matias Cardoso, Minas Novas, Nova Era, Nova Lima, Ouro Branco, Ouro Preto, Prados, Raposos, Sabará, Santa Bárbara, Serro, São João del Rei, Paracatu, Tiradentes, Uberaba.

**6** Documentação pesquisada no Fundo Arquidiocesano: Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem – Funcionários: Testamento, de 1814 a 1852. Paróquia de São Gonçalo – Belo Vale: Tombo, de 1923 a 1954. Paróquia de Nossa Senhora do Carmo – Betim: Livro de Ata da Sociedade de Nossa Senhora dos Passos, de 1859 a 1872, e 1856 a 1870; Receitas e Despesas da Fábrica, de 1870 a 1889, e 1888 e 1889; Receitas e Despesas do Patrimônio, de 1888 a 1908; Pastorais e Testamentos, de 1851 a 1863, Registros Diversos, de 1855 a 1856. Bonfim: Prestação de Contas, de 1873. Contagem – Paróquia de São Gonçalo: Receitas e Despesas da Irmandade do Rosário, de 1888 a 1889; Recibos da Irmandade do Rosário, de 1875 a 1897. Macaúbas – Santa Luzia: Cópias de Gastos, de 1823 a 1828. Raposos: Óbitos e Testamentos, de 1812 a 1872; da Irmandade (Inventário de Nossa Senhora das Almas), de 1805. Ravena – Sabará: Contas, de 1823 a 1882; Livro Diversos (Atas, Contas e Caixa), de 1825 a 1957. Rio Acima: de Tombo, de 1893 a 1953. Sabará (Documentos Avulsos): Matriz de Matozinhos, de 1823 a 1915; Documentos do século XVIII, de 1724 a 1782, e de 1782 a 1830. Serra da Piedade – Caeté: Receitas e Despesas, de 1877 a 1879, e de 1884 a 1890.

**7** Diversos trabalhos acerca da sociedade colonial utilizaram essencialmente documentação eclesiástica. Ver por exemplo: CAMPOS, Adalgisa Arantes; ANASTASIA, Carla Maria Junho. Contagem: Origens. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1991. BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Minas patriarcal: família e sociedade, São João del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2007.

**8** ARQUIVO ARQUIDIOCESANO DE BELO HORIZONTE. Fundo Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte.

zem parte dos bens de natureza móvel. Como a maioria dos acervos pesquisados na base de dados IPAC/IEPHA é de natureza eclesiástica, os descritores utilizados na pesquisa foram: marfim, osso, oratório, piano, harmônio, teclado, crucifixo, dentição, retábulo e instrumento musical.

A segunda etapa da investigação foi realizada nos acervos do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Regional Minas Gerais), por meio do Centro de Documentação e Informação do IPHAN/ MG. O acervo pesquisado corresponde ao Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, disponível para consulta na sede do IPHAN/ MG.

Os inventários consultados correspondem a 29 municípios de Minas Gerais<sup>5</sup>, sendo que a pesquisa foi realizada primordialmente em livros de inventários de acervos móveis e integrados de igrejas e capelas, contando com apenas um sobrado em Barbacena e o Museu Histórico Abílio Barreto, em Belo Horizonte. Para a pesquisa nesse acervo, foram utilizados os mesmos descritores da pesquisa no banco de dados do IPAC/ IEPHA.

As pesquisas realizadas até então, contemplaram acervos que correspondiam às cidades coloniais de Minas Gerais, principalmente as de maior destaque durante o auge da mineração. Esse fato se explica de forma contumaz, pelo caráter dos órgãos de proteção patrimonial, que tem grande atuação nessas cidades, devido aos conjuntos arquitetônicos tombados.

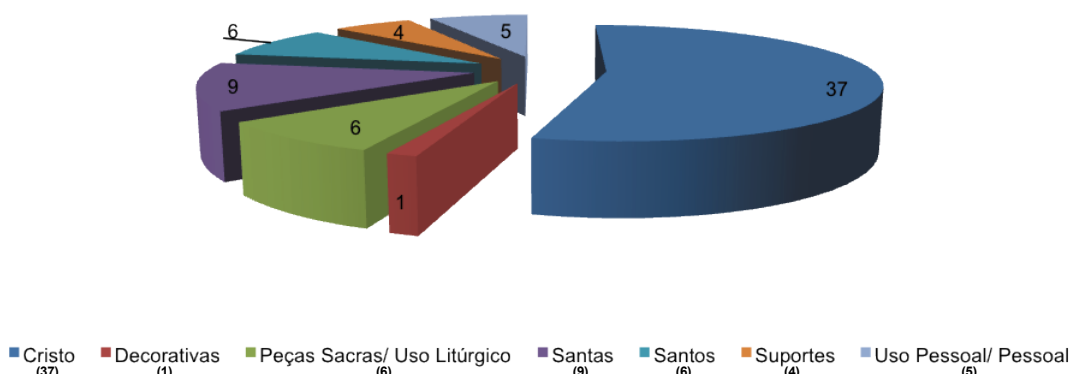
Desse modo, com o intuito de ampliar as áreas de pesquisas, a aposta foi concentrar os trabalhos em arquivos de correspondentes as cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Num primeiro momento os levantamentos foram direcionados para o Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, que

conta com fundos arquivísticos de fontes eclesiásticas produzidas entre meados do século XVIII até a primeira metade do século XX, documentação disponível no fundo arquidiocesano<sup>6</sup>. De modo geral, a documentação eclesiástica é um importante recurso de pesquisa para compreender as sociedades do século XVIII e XIX, pois a documentação produzida pela Igreja Católica tinha o intuito de exercer controle e conferir identificação aos sujeitos, essa prática foi corrente até a Proclamação da República, em 1889, quando ocorreu a separação entre Estado e Igreja. Além do seu valor jurídico, com efeito, nota-se a grande importância dos arquivos eclesiásticos, visto que, toda documentação referente aos nascimentos, casamentos, óbitos e alguns testamentos, estão coligidas nestes arquivos<sup>7</sup>.

Contudo, não foram encontradas referências a presença de peças em/ ou marfim na Arquidiocese de Belo Horizonte, porém, é importante ressaltar a identificação de um crucifixo em pau de laranjeira<sup>8</sup> na paróquia de Belo Vale, pois mostra que ocorreu a substituição do marfim por materiais que se assemelhavam as suas características<sup>9</sup>.

No Museu Regional de São João Del Rei (MR-SJDR), foram localizados quatro crucifixos em madeira esculpida e marfim, sendo que três peças tem datação do século XVIII. E por fim, referente à fase de identificação de acervos, foi realizado um levantamento na reserva técnica da Superintendência de Museus e Artes Visuais Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais (SUMAV), por meio da Diretoria de Gestão de Acervos Museológicos e o setor de Documentação e Pesquisa. Neste acervo foram localizadas 29 peças em marfim com tipologias diversas, como uma escultura denominada caçador de borboletas, uma adaga e um cachimbo.

GRÁFICO 1: Tipologia das peças localizadas nas instituições pesquisadas.



#### 4 - Próximos passos

O trabalho preliminar concentrou-se na identificação de peças em marfim catalogadas por instituições mineiras. Contudo, como forma de dar continuidade a pesquisa empreendida, os próximos passos referentes à continuação do trabalho apresentado estão concentradas em: realizar levantamento em livros de tombo, receitas e despesas, das irmandades onde foram identificadas as peças, com o intuito de apreender como os objetos sacros em marfim foram adquiridos pelas ordens terceiras que tinham espaço nas referidas casas religiosas de Minas Gerais no século XVIII, elucidando assim a forma como os marfins chegaram a Minas Gerais: na forma *in natura* para ser esculpido pelos artífices e escultores locais, ou se as imaginárias já chegavam prontas. Além disso, pretende-se aventar se essas peças foram encomendadas ou doadas para as irmandades, para tal investigação, serão executadas pesquisas nos arquivos do Museu do Ouro, Anexo Casa Borba Gato, em Sabará, que conta com documentos administrativos dos séculos XVIII e XIX, produzidos pelo Cartório do 1º e 2º Ofício da Comarca do Rio das Velhas, como forma de possibilitar a identificação de peças em marfim nos testamentos e inventários *post mortem* desta comarca. Além disso, serão investigadas a documentação referente ao Inventário do Fundo Câmara Municipal de Sabará, o acervo tem data limite de 1719 a 1896, disponível no Arquivo Público Mineiro (APM), com a finalidade de localizar referências acerca de peças em marfim na referida Comarca.

A partir das pesquisas arquivísticas e documentais empreendidas, serão reunidos dados que possibilitem apontamentos mais consistentes acerca da circulação de peças em marfim em Minas Gerais. Além disso, pretende-se desenvolver análise iconográfica das peças identificadas nos levantamentos realizados nos referidos acervos.

Estas análises se fazem importantes para o projeto global, pois contribuirão para o esclarecimento de questões referentes à circulação de peças em marfim na América portuguesa, mais especificamente, na Capitania de Minas Gerais, pano de fundo diante do qual se desenrolam os processos enfocados (PALVA, 2001).

#### 5.- Conclusões preliminares

Conforme observado no início do texto, os objetivos dessa parte da pesquisa foram concentrados no levantamento e catalogação dos acervos em marfim

de Minas Gerais, e a partir desse trabalho preliminar, foram descritas a localização, posse e tipologia das peças coligidas.

A localização geográfica dos artefatos em marfim apontou para a predominância dessas peças em regiões de mineração durante o período colonial. Esse fato possibilitou a conjecturação de que a circulação dos marfins ocorria em locais com maior destaque econômico e de maior concentração populacional.

A análise da tipologia das peças destacou a predominância das imaginárias religiosas, sendo estas correspondentes a mais de 90% do total de peças localizadas, pois dentro do grupo das peças sacras, mais de 50% são correspondentes ao Cristo Morto ou de temas relativos à sua morte. Esta observação aponta para a necessidade de um estudo pormenorizado no que se refere à predominância desta imaginária.

As indicações de origem/produção e datação das peças somente poderão ser realizadas a partir da análise laboratorial. As informações relativas a estes conteúdos disponibilizadas pelos institutos de proteção patrimonial concernem em dados breves, padronizados e sem grande rigor metodológico. Contudo, por meio da História da Arte Técnica, especificamente, pode-se aventar que há predominância de peças esculpida em marfim branco e uma minoria em marfim avermelhado, de origem asiática e africana, respectivamente. De acordo com França, Barbosa e Quites, "os dentes dos elefantes provenientes da Ásia eram mais brancos que o africano, de textura menos fechada, porém, não susceptível ao polimento. O tipo mais refinado e bonito era proveniente da região chamada Pagani, no leste da Costa da África" (FRANÇA; BARBOZA; QUITES, 2010). De todo modo, este fato apenas se confirmará após as análises físico-químicas<sup>9</sup> das peças. A análise do material em laboratório poderá apontar com precisão as técnicas utilizadas na produção das peças e principalmente a procedência do material ou dos objetos.

Dessa forma, com o intuito de entender o processo de acúmulo, organização, circulação e exposição das peças, a partir da catalogação dos acervos em marfim de Minas Gerais, serão ainda realizados alguns trabalhos referentes ao levantamento de dados concernentes à origem e a iconografia dos marfins identificados. Pretende-se aventar o encaixe desses elementos dentro de redes mais amplas de circulação de bens na colônia durante o século XVIII, bem como buscar ressonância entre as peças, o que pode nos levar a encontrar uma origem comum destes artefatos.

Paróquia de São Gonçalo, Belo vale. Livro de Tombo, 1923-1954. E8. P5.

<sup>9</sup> Sobre esse assunto ver MELO, Iaci Iara Cordovil de. Imaginárias em colégios, fazendas e missões jesuíticas no nordeste paraense. 2012.

<sup>10</sup> As análises laboratoriais serão aplicadas pelo LACI-COR/UFMG: imaging macro e micro imaging para identificar marcas de ferramentas.

### Referências bibliográficas

- AFONSO, Luís U & HORTA, José da Silva. (2013), Olifantes afro-portugueses com cenas de caça \ C.1490-C1521. In: Revista de História da Arte e Ciências do Patrimônio. Portugal, n. 1, p. 20.
- APM. Arquivo Público Mineiro. Câmara Municipal de Sabará. Disponível em <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cms/search.php?query=&and=AND&dt1=&dt2=&notacao=&antiga=&ordenar=30&asc\\_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id\\_REQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/cms/search.php?query=&and=AND&dt1=&dt2=&notacao=&antiga=&ordenar=30&asc_desc=10&submit=Executar+pesquisa&action=results&id_REQUEST=0a94dda04639b057c378d68c46f298c0)>. Acesso em: 16 jan. 2015.
- ARQUIVO ARQUIDIOCESANO DE BELO HORIZONTE. Fundo Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte. Paróquia de São Gonçalo, Belo vale. Livro de Tombo, 1923-1954. E8. P5.
- BATISTA, Marta Rossetti. (2004), Coleção Mário de Andrade: Religião e Magia, Música e Dança, Cotidiano -série "Uspiana Brasil 500 anos". São Paulo: Imprensa Oficial / Edusp.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. (2007), Minas patriarcal: família e sociedade, São João del Rei, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes & ANASTASIA, Carla Maria Junho. (1991), Contagem: Origens. Belo Horizonte: Mazza Edições.
- EBORARIA. Definição. Disponível em <<http://lexicoon.org/es/eboraria>>. Acesso em 16 maio 2016.
- FARIA, Patrícia Souza de. (2004), A cultura barroca portuguesa e seus impactos sobre os espaços coloniais: política e religião na Índia portuguesa. Dissertação de Mestrado em História. UERJ/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- FABRINO, Raphael João Hallack. (2012), Guia de Identificação de Arte Sacra. IPHAN, p. 75-76.
- FERREIRA, Reinaldo. (1993), O marfim e a imaginária. Arte do marfim: do sagrado e da história na Coleção Souza Lima do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: CCBB.
- FRANÇA, Conceição Linda de; BARBOZA, Kleumany de Melo; QUITES, Maria Regina Emery. Estudo da tecnologia construtiva das esculturas em marfim. Disponível em <[http://www.anpap.org.br/anais/2010/pdf/cpcr/conceicao\\_linda\\_de\\_franca\\_2.pdf](http://www.anpap.org.br/anais/2010/pdf/cpcr/conceicao_linda_de_franca_2.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2016.
- FRONER, Yacy-Ara. Acervos em marfim: trânsitos, cultura, estética e materialidade. In: Formas Imagens Sons: O universo cultural da obra de arte. MELLO, Magno Moraes (org.). Disponível em <<http://heema.org/wp-content/uploads/2014/12/SEMIN%C3%81RIO-ARTE-BELO-HORIZONTE-2014-2.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2016.
- MALTA, Marize & NETO, Maria João. Coleções de arte além-mar: encontros e perspectivas entre Portugal e Brasil.
- MELO, Iaci Lara Cordovil de. (2012), Imaginárias em colégios, fazendas e missões jesuíticas no nordeste paraense. 224f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Artes, Belo Horizonte.
- MOREIRA, Rafael. (2010), Pedro e Jorge Reinel (at.1504-60), dois cartógrafos negros na côrte de d. Manuel de Portugal (1495-1521). Lisboa. Disponível em: <<http://3siahc.files.wordpress.com/2010/08/rafael-moreira-3siahc.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2016.
- PAIVA, Eduardo França. (2001), Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 25.
- REAL, Regina M. (1962), Dicionário de Belas Artes. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- SANTOS, Lucila. (2002), A sagração do Marfim. Museu Histórico Nacional – IPHAN/RJ. Catálogo da Pinacoteca do estado de São Paulo. São Paulo.
- SILVA, Jorge Lúzio Matos. (2011), Sagrado Marfim, O império português na Índia e as relações intracoloniais Goa e Bahia, século XVII: iconografias, interfaces e circulações. 170f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo.

Recebido em 25 de janeiro de 2016

Aprovado em 22 de maio de 2016